

Editorial

O presente número da Revista Pesquisa em Educação Ambiental reúne trabalhos produzidos a partir das mesas-redondas, conferência e Grupos de Discussão de Pesquisa – GDP – ocorridos no Encontro Pesquisa em Educação Ambiental – Epea, evento bianual, realizado desde 2001, inicialmente por grupos de pesquisa de universidades paulistas. Ao longo de 17 anos de sua realização, o Epea conquistou projeção e abrangência nacional e internacional, fortalecendo-se como um dos principais eventos acadêmicos do campo da pesquisa em educação ambiental (EA) no Brasil. Em 2015, foi sediado no Estado do Rio de Janeiro, realizado por grupos de pesquisa de IES do Rio de Janeiro e, em 2017, o evento foi realizado no Estado de Minas Gerais, na cidade de Juiz de Fora, pela Universidade Federal de Juiz de Fora, consolidando a tendência de circulação e itinerância, e favorecendo a produção e o surgimento de novos núcleos de produção acadêmica.

Este número consiste, assim, em uma edição de trabalhos apresentados no IX EPEA, que contou com a participação de um público de 392 pessoas inscritas dentre estudantes universitários, professores/as de escolas públicas e de ensino superior. Obteve 167 trabalhos inscritos e, destes, 128 trabalhos foram aprovados, tendo um quantitativo de 119 trabalhos apresentados no formato de comunicações orais. O evento contou com três palestrantes do exterior (Equador, Colômbia e México), além de vários estudantes da América Latina.

O IX EPEA tomou como tema a relação entre *Democracia, Políticas Públicas e Práticas Educativas*, considerando as questões contemporâneas que atravessam tal relação e que encontram acolhida em diversos grupos de pesquisas do campo da educação ambiental no país. O evento voltou-se a esse tema com o objetivo de promover discussões acerca de violações relacionadas às questões sócio-ambientais e suas implicações à pesquisa em educação ambiental. Nessa perspectiva, voltou-se a uma formação comprometida com o direito ao reconhecimento, à participação social, à distribuição igualitária de bens, serviços sociais, ambientais, econômicos, culturais e políticos e ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito, fundado nos pilares da igualdade de direitos e na liberdade.

A temática em questão se colocou em relevância pela necessidade de afirmar e fortalecer o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH (BRASIL, 2007) e o Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH3 (BRASIL, 2010) e está imbricada no conceito de educação para uma cultura democrática, na compreensão dos contextos nacional e internacional, na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade, norteadas por princípios de valorização e exaltação do respeito às diferenças, da solidariedade e da justiça social. A contribuição da pesquisa acadêmica em educação ambiental pode estar em pensar tal conceito como criador e disseminador de conhecimento, com vocação republicana, diferenciada e autônoma, comprometida com a democracia e a cidadania.

Buscando responder ao desafio lançado, no sentido de pensar tal tema no contexto da pesquisa em educação ambiental, destacou-se a mesa-redonda *Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos: possibilidades e enfrentamentos contemporâneos*. A partir dos debates nessa mesa, dois artigos deste número foram construídos, intitulados *Defesa ambiental, direitos humanos e ecogenocídio afro-colombiano* e *Subserviência ao Capital: Educação Ambiental sob o signo do Antiecológico*, respectivamente autorados pelos professores Santiago Arboleda Quiñonez (Universidad Andina Simón – Bolívar /Equador) e Philippe Pomier Layrargues (UNB). No primeiro artigo Quiñonez propõe a noção de *ecogenocídio* para discutir a destruição neoextrativista, que está ocorrendo no Pacífico colombiano, destacando a necessidade da defesa ambiental das comunidades afro-colombianas, como parte dos direitos humanos e direitos étnicos

coletivos, na demanda por reparações históricas abrangentes e na construção de uma paz intercultural.

Para este autor, integrar conceitualmente ecocídio, genocídio e etnocídio enquanto *ecogenocídio*, possibilita uma reconstrução holística necessária à compreensão de um complexo padrão colonial integral capitalista que assola os/as afrodescendentes a partir de massacres, deslocamentos internos, assassinatos, envenenamento de rios e lagos, destruição de fontes de alimentos, tecidos culturais e sociais. Os efeitos integrais de impactação, remoção, morte e eliminação às comunidades em vulnerabilidade social pode ser exemplo do que Layrargues, em seu artigo, denomina como *antiecológico* no cenário neoliberal contemporâneo.

Partindo da conjuntura brasileira, o artigo de Layrargues assinala que o *Anti-Ecologismo* está, hoje, norteadado pelo esfacelamento da regulação ambiental pública e dos instrumentos regulatórios estatais no que diz respeito ao acesso, apropriação dos recursos naturais, contribuindo, também, para a hegemonia da cooptação ideológica da educação ambiental aos interesses do mercado. O rompimento com uma educação ambiental reprodutivista, para esse autor, demanda outra educação ambiental, essencialmente anticapitalista, que busque recuperar o sentido contestatório e subversivo que, em sua visão, foi subtraído da Educação Ambiental brasileira. O autor afirma, em seu artigo, que se o papel da Educação Ambiental reprodutivista é o silenciamento das contradições do capital, então o debate político-pedagógico da Educação Ambiental Crítica passa, necessariamente, pela revelação e exposição daquilo que é ocultado para recuperar o poder subversivo necessário à transformação social.

Também, a mesa-redonda intitulada *Práticas Ativistas e Práticas Acadêmicas: demandas e agendas de pesquisa em educação ambiental* trouxe aportes importantes ao tema em questão. Frutos dessa mesa, dois textos integram este número. O primeiro, de autoria do Professor Guillermo Foladori (Universidad Autónoma de Zacatecas, México) intitulado *Educación ambiental en el capitalismo* discute as principais tendências das relações capitalistas e suas implicações ambientais, considerando a interpretação marxista que atribui às relações de produção a causa mais profunda do modo como o ser humano está relacionado com a natureza e com a crise ambiental.

A conexão entre valor, mais-valia, lucro, acumulação de capital e crise é tomada nesse artigo, sem a qual, para o autor, as práticas acadêmicas e/ou ativistas em educação ambiental podem perder sustentação em visibilizar as causas dos problemas ambientais e, nelas, as classes que detém os meios de produção, além das barreiras enfrentadas pelas medidas mitigadoras ou compensatórias.

Já o segundo artigo é de autoria do Prof. Mauro Guimarães (UFRRJ), e por ele intitulado *Pesquisa e Processos Formativos de Educadores Ambientais na Radicalidade de uma Crise Civilizatória*. O texto de Guimarães parte, também, da discussão do modo de organização social, civilizacional, capitalista industrial moderno, da relação de dominação e exploração da natureza, conseqüente, na defesa do autor, do paradigma da disjunção e simplificação da modernidade, para tratar de um processo formativo em que práticas acadêmicas e ativistas se unem na *Com Vivência Pedagógica*, proposta teórico-metodológica, pela qual o ambiente educativo se constrói na radicalidade de experiências vivenciais de outros referenciais epistemológicos, no exercício da dialogicidade de novas relações conectivas com o outro, com o mundo.

Em *Panorama Latinoamericano de la Cuestión Ambiental y de las Luchas por la Democracia: de las políticas en educación ambiental a las poéticas de una educación en la comprensión de la lengua de la Tierra*, artigo derivado da conferencia de abertura do IX EPEA, a Professora Ana Patricia Noguera de Echeverri (Universidad Nacional de Colombia/ Bogotá) descreve a fase de deslocamento político-ético-estético-epistemológico

de uma política a uma poética na educação ambiental desde o Sul, na qual, segundo a autora, estão se configurando maneiras outras de pensar o ambiental. Echeverri aponta que a questão do Ser e de Como Saber, herdadas na América Latina, a partir dos processos de colonização filosófica e educacional impostas pela Europa imperial, deslocam-se para a questão do Viver e de Como Habitar no pensamento ambiental do Sul. Nesse sentido, segundo Echeverri, é que as lutas por democracia e qualidade ambiental desde o Sul implicam em uma educação que se afaste radicalmente do desenvolvimento sustentável e de um ambientalismo tecnocrático e quantificador da vida como necessária re-existência para cuidar da Terra à que se pertence nesses tempos de dificuldade e escassez.

Este número reúne, também, os relatos de oito Grupos de Discussão de Pesquisa - GDP, em que as comunicações orais, organizadas em temas específicos, pautaram debates inerentes à produção investigativa em EA durante o evento. No artigo *Pesquisa em Educação Ambiental e Questões Epistemológicas: enfrentamentos contemporâneos*, Rosa Maria Feteiro Cavalari e Eunice Schilling Trein discutem onze pesquisas inscritas no GDP, classificadas como pesquisas qualitativas e compreendidas como tributárias da perspectiva crítica da Educação e da Educação Ambiental. Dentre essas pesquisas, cinco são pesquisas teóricas e seis constituem-se relatos de pesquisas empíricas. As autoras destacam a necessidade de maior aprofundamento teórico e metodológico sobre os sentidos atribuídos à perspectiva crítica em Educação Ambiental, o que pode contribuir para fortalecer aspectos teórico-metodológicos das pesquisas, bem como atentar para os diferentes sujeitos sociais que são alvos das práticas educativas em EA.

Clarice Sumi Kawasaki e Marcos da Cunha Teixeira, no artigo *Perspectivas (Teórico)-Metodológicas para o Campo da Pesquisa em Educação Ambiental: dilemas e avanços no GDP Metodologia* traçam uma reflexão sobre os relatos das experiências vivenciadas nos GDP Metodologia ao longo de suas edições, com indicativos para a continuidade das discussões metodológicas na pesquisa em EA, seja em um GDP específico ou não. Segundo os/as autores/as, uma delas é a tendência de busca pela transformação social como questão central das perspectivas teórico-metodológicas da pesquisa em EA, ainda que careçam, em muitos casos, de amparo do ponto de vista epistemológico e melhor refinamento teórico. Valendo-se desse achado e dada a centralidade da pesquisa voltada para a transformação social, cujo papel passa a ser concebido como prática social, os/as autores/as advertem que o enfrentamento da questão teoria-prática na pesquisa em EA passa a se colocar na ordem do dia, em consonância com uma EA subversiva.

Em *A Necessária Conceituação de Estado Para as Pesquisas no Campo das Políticas de Educação Ambiental: contribuições das perspectivas marxistas*, Leonardo Kaplan e Rodrigo Lamosa mapeiam brevemente o GDP sobre Políticas Públicas em Educação Ambiental em suas últimas quatro edições e realizam um aprofundamento teórico acerca do conceito de Estado no diálogo com autores marxistas (sobretudo Marx, Gramsci e Poulantzas), levando em consideração a agenda de pesquisas produzidas no âmbito do GDP e da reiterada adoção da perspectiva do materialismo histórico-dialético por seus/suas pesquisadores/as. Os autores apontam uma oscilação em termos do número de trabalhos apresentados nesse GDP, ao longo dos EPEAs, e indicam que a diversidade de perspectivas teórico-metodológicas adotadas nas pesquisas sobre o tema, recomenda ser fundamental a explicitação dos pressupostos e conceitos que as orientam, sendo Estado uma categoria central para o debate e a análise de políticas públicas.

Philippe Pomier Layrarguese Cleonice Puggian no artigo *A Educação Ambiental que se Aprende na Luta com os Movimentos Sociais: defendendo o território e resistindo contra o desenvolvimentismo capitalista* apresentam uma síntese dos debates realizados em torno do GDP em Educação Ambiental e Movimentos Sociais, discutindo, primeiramente,

os treze trabalhos recebidos pelo GDP, destacando suas contribuições para o campo da Educação Ambiental. Apresentam, posteriormente, as temáticas que emergiram no encontro presencial do GDP, indicando as especificidades de uma Educação Ambiental a partir dos Movimentos Sociais: o perfil particular da Educação presente no âmbito dos Movimentos Sociais, o limitado alcance dos saberes produzidos pelos Movimentos Sociais, a boa relação entre a extensão universitária e os Movimentos Sociais, a necessidade de ampliação do diálogo entre a Escola e os Movimentos Sociais e a agenda de pesquisa militante junto aos Movimentos Sociais. Esclarecem, ao fim, a percepção de que, convidada pelo compromisso com o movimento de Justiça Ambiental, o encontro com a militância socioambiental de Movimentos Sociais engajados na luta contra a Desigualdade Socioambiental, a educação ambiental se renova no GDP a partir de dois caros princípios: o da Justiça Social e o dos Direitos Humanos.

Em *Pesquisa em Educação Ambiental e Culturas no Epea*, os autores José Artur Barroso Fernandes, Celso Sánchez Pereira, Andre Carneiro Melo, Danilo Seithi Kato e Rosileia Oliveira de Almeida se debruçam sobre a evolução das temáticas dos trabalhos relacionados a culturas, apresentados nas cinco últimas edições do EPEA, em um pequeno estado da arte realizado por meio de termos de busca ligados à temática, presentes em seus resumos. Nas duas últimas edições, de 2015 e 2017, os/as autores referem-se a um aumento do número de trabalhos, abordando questões como interculturalidade, diálogo de saberes e de colonialidade, discutindo desdobramentos epistemológicos presentes no campo da pesquisa em educação ambiental a partir das questões culturais. A partir disso, afirmam uma mudança de significações sobre o eixo Educação Ambiental e Culturas em tal campo.

João Batista de Albuquerque Figueiredo e Laísa Maria Freire sistematizam trabalhos e discussões promovidos no GDP Pesquisa em Educação Ambiental e a Formação de Educadores/as– Professores/as no artigo *Democracia, Políticas Públicas e Práticas Educativas Representadas nas Pesquisas de Educação Ambiental sobre Formação de Educadores/Professores*. Buscando focar a temática do evento, os/as autores/as discutem como democracia, políticas públicas e práticas educativas foram representadas discursivamente nos 28 trabalhos do GDP. No que se relaciona a essa representação, os/as autores/as apontam uma preocupação quanto à necessidade de constituição de uma conjuntura que articule, coerentemente, as perspectivas teóricas e metodológicas nas pesquisas. Também, a partir desse estudo, os/as autores/as relatam que a pesquisa engajada está presente nas preocupações e motivações dos/as pesquisadores/as do GDP, gerando cenários empíricos diversos para análise das práticas educativas, em geral providas de contextos locais. Ao fim, os/as autores/as propõem uma agenda de pesquisa para o GDP, que podem se abrir em novos caminhos investigativos.

Em *Perspectiva Teórica Metodológica da Educação Ambiental na Escola*, Maria Inêz Oliveira Araujo e Patrícia Domingos, a partir de uma análise interpretativa, discutem a educação ambiental na escola, em 26 artigos apresentados no IX EPEA, a partir de três eixos denominados pelas autoras como: Proposições e/ou recomendações para uma Educação Ambiental Crítica, Indicadores da Educação Ambiental Crítica e Ambientalização curricular. Ao fim, as autoras afirmam a necessidade de ampliação da participação de docentes da educação básica nos encontros do EPEA, no sentido tanto de alargar as práticas docentes, quanto de ampliar as discussões da pesquisa em EA no GDP a partir do cotidiano escolar.

Fechando os artigos relacionados aos GDPs, os autores: Priscila Amaro Lopes, Fernando Protti Bueno e Maryane Vieira Saisse, no artigo intitulado *Contextos Não Escolares e Pesquisa em Educação Ambiental: questões e desafios observados nos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEAs)* objetivaram refletir sobre os

desafios e avanços obtidos nesse grupo de discussão, que tem acolhido investigações em diferentes contextos fora das escolas e instituições formais e cuja análise dos onze trabalhos apresentados, na edição de 2017, mostrou maior concentração das pesquisas em contextos de comunidades e Unidades de Conservação. Os autores alertam para forte confluência deste GDP junto a outros, notadamente o GDP EA e Políticas Públicas, e indicam a necessidade de avançar em investigações sobre aquilo que se constitui como *não escolar*, em direção à compreensão de espaços e sujeitos, metodologias e referenciais teóricos utilizados nas pesquisas, a fim de caracterizar melhor o campo.

Num momento de crise, de atentado à democracia brasileira e ao Estado de Direito, quando o conservadorismo neoliberal se instala fortemente, acenando para enfraquecimento das políticas sociais e para a melhoria no ambiente de negócios por meio da desregulação educacional e ambiental públicas, este número especial da Revpea é leitura essencial. Nas experiências e saberes trazidos aqui pelos/as autores/as das pesquisas em Educação ambiental, tão fortemente, surgem os sujeitos que carregam histórias e vivências de espaços precarizados. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, tais leituras nos trazem evidências do enfraquecimento da educação ambiental nas políticas curriculares e na gestão ambiental governamental. Os artigos nos dão pistas para reconhecimento do contexto de desigualdade e exclusão social, mudanças ambientais e agravamento da violência no campo e na cidade, que coloca em risco permanente a vigência dos direitos humanos e da democracia.

Por fim, só nos resta agradecer à Revpea a realização deste editorial na difusão de conhecimentos e valores democráticos e republicanos gerados pelas mais recentes pesquisas em educação ambiental.

Uma excelente leitura a todos e a todas.

Angélica Cosenza
Vicente Paulo dos Santos Pinto
Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental GEA/UFJF